



University of
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Unversitário Santo Agostinho

revistafsa

www4.fsnet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 16, n. 4, art. 10, p. 191-208, jul./ago. 2019

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2019.16.4.10>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung



Maquiavel em Shakespeare: Releituras da Personagem Rei Claudius, em Hamlet

Machiavelli on Shakespeare: Rereading of Character King Claudius, in Hamlet

Adelson Oliveira Mendes

Graduado em Licenciatura em Letras pela Universidade do Estado da Bahia

Professor contratado da rede básica de ensino

Email: adelsonoliveiramendes@gmail.com

Cássio de Cerqueira Oliveira

Mestre em Letras pela Universidade Federal da Paraíba

Professor substituto da Universidade do Estado da Bahia

Email: cerqueiracassio@hotmail.com

José Carlos Félix

Doutor em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas

Professor Assistente da Universidade do Estado da Bahia

Email: jcfelixjuranda1@gmail.com

Endereço: Adelson Oliveira Mendes

Rua João Esquivel, 57, Centro, Seabra-BA. Brasil.

Endereço: Cássio de Cerqueira Oliveira

Rua Padre Justiniano Costa, s/n, Boa Vista, Seabra-BA.
Brasil.

Endereço: José Carlos Félix

Avenida J. J Seabra, s/n, Estação, Jacobina-BA. Brasil.

Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues

Artigo recebido em 31/01/2019. Última versão
recebida em 13/02/2019. Aprovado em 14/02/2019.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review
(avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação



RESUMO

O artigo estuda os comportamentos e as estratégias políticas da personagem rei Claudius na peça *Hamlet*, articulando-os aos estudos tanto de teoria literária quanto da política. Através do estudo da crítica shakespeariana considerada, por alguns críticos literários, como canônica, pode-se chegar a uma compreensão da personagem se comparar sua conduta na peça a uma das grandes referências em táticas políticas: a obra *O Príncipe*, de Nicolau Maquiavel. Essas articulações apontam para a compreensão da personagem rei Claudius, dentro do teatro shakespeariano, e de como o discurso na função do rei fundamenta-se pela linguagem sedutora. A comparação entre a imagem bélica e sedutora, dentre as duas imagens de rei, atestam a fundamentação aos estudos de Thomas Hobbes e Jean-Jacques Rousseau, como de grande relevância à compreensão da mudança de trono na peça *Hamlet*. À evolução da personagem rei Claudius, serão propostas discussões que sugerem uma mediação entre o seu caráter de dissimulador e os métodos empregados por ele para conseguir gerir o poder do reino, compreendidos através da teoria shakespeariana. Paralelamente, tenta-se comparar a atuação do rei Claudius à representação do líder estudado em Maquiavel. Atribuir o posto de usurpador unicamente à personagem rei Claudius é adotar paralogramas com relação à releitura da peça, haja vista a transição entre o estado de natureza ao contrato social.

Palavras-Chave: Shakespeare. Maquiave. Política. Poder. Sociedade.

ABSTRACT

This text analyzes character king Claudius' behaviors and political strategies in Shakespeare's *Hamlet*, articulating these behaviors and strategies to literary and political studies. Through Shakespearean critical studies, considered by some authors as canonical, we could reach a character conclusion by comparing his conduct on the play to Machiavelli's masterpiece *Il Prince*. This comparison has helped us to understand King Claudius in Shakespeare's plays and how his discourse as a king was based on a seductive language. The comparison between a bellicose and a seductive image, between the two kings' images, has shown how necessary the works of Thomas Hobbes and Jean-Jacques Rousseau are and their great relevance to understand the throne modification in Shakespeare's *Hamlet*. About King Claudius' Character evolution, the proposed discussions suggested a balance between his dissimulator personality and the techniques used by him to maintain the kingdom power, a conclusion based on the Shakespearean theory. At the same time, this article also aims at comparing the Claudius performance to the leadership theory created by Machiavelli. Characterizing king Claudius as a usurper can be considered a poor representation of his role in Shakespeare's *Hamlet*, Claudius' behavior needs to be (re)read by taking into account the transition between the state of nature to the social contract.

Keywords: Shakespeare. Machiavelli. Policy. Power. Society.

1 INTRODUÇÃO

A tragédia *Hamlet*, do poeta, dramaturgo e bardo inglês William Shakespeare, apresenta inúmeras faces interpretativas, criando nuances muitas vezes complexas. Tal peça shakespeariana, centrada na época renascentista, apresenta os trâmites políticos internos à coroa e à sociedade dinamarquesa. No decorrer das encenações dentro da peça, surge o rei Claudius, uma personagem de destaque e que carece de certas atenções e análises quanto à sua postura de rei – tanto nos bastidores domésticos do reino quanto em suas ações em público e na diplomacia internacional – principalmente frente à mudança no estilo de reinado na Dinamarca, quer dizer, a substituição de uma imagem de rei beligerante na política externa (Rei Hamlet) pela de político estrategista com inteligência diplomática e doméstica – atentava-se aos aspectos internos à coroa (Rei Claudius).

Diante desse destaque, surge a indagação sobre a representatividade da personagem rei Claudius na peça *Hamlet*, à luz da própria crítica shakespeariana e demais campos da crítica literária, – sociológica, psicológica e filosófica, por exemplo –, centrada no questionamento: Dentro dessas premissas e sabendo que um rei totalmente bom também não é um bom rei, seria o rei Cláudio um exemplo de líder a ser seguido, na perspectiva dos métodos adotados por Maquiavel, na obra *O Príncipe*?

Logo no início da peça, suas decisões tornam-se evidentes (embora suas intenções não sejam declaradas claramente), por exemplo: a) observa-se uma adição na segurança do castelo de Elsinore ainda que o rei não alerte o risco de guerra aos seus soldados; b) nota-se uma festa noturna para a partilha do banquete ofertado pelo rei Claudius na tentativa de ele conquistar o apreço da corte. No meio da peça shakespeariana, mesmo quando Claudius é atingido emocionalmente pelo teatro desenvolvido pelo príncipe Hamlet e decide enviá-lo à Inglaterra, tal rei escamoteia sua intenção em eliminar o sobrinho frente ao risco que este apresentava ao seu reinado – revelar o ato de regicídio cometido pelo rei atual – por meio de uma ação institucional (cobrança de tributos).

Os trâmites políticos inerentes à função do rei Claudius são articulados em benefício próprio e para a construção de uma estabilidade na ordenação do seu poder, utilizando a *virtù*¹ em favor de dominação da *fortuna*². Nesse sentido, podem-se levar em conta os aspectos

¹ Na política, o homem de *virtù* é aquele capaz de imprimir mudanças no curso da história e realizar grandes obras. Portanto, o príncipe virtuoso não é o príncipe bom e justo, mas aquele cuja virtude encontra-se na atividade, ou seja, a *virtù* política consiste na força que permite tal príncipe conquistar e manter o poder (ARANHA, 1993).

tirânicos e autocráticos adotados pela personagem como manobra de autofavorecimento a fim de aumentar sua capacidade em influenciar as relações de poder e de articular politicamente o seu entorno com uma imagem de liderança.

Considerando a viabilidade das hipóteses supracitadas de como é arquitetada a imagem de liderança por Claudius para o reino de Elsinore, utilizou-se a metodologia bibliográfica qualitativa para coleta das asserções teóricas tanto de base crítica literária quando política. Utilizaram-se os seguintes teóricos literários shakespearianos na fundamentação de tal artigo: Northrop Frye (2011), Harold Bloom (2001 e 2004), William Witherle Lawrence (1919), Barbara Heliodora (2004), A. C. Bradley (2009), George Wilson Knight (1967) e John Updike (2001). Na ciência política, Thomas Hobbes (1651), Jean-Jacques Rousseau (2014), Michel Foucault (2009) e Nicolau Maquiavel (2011).

Diante disso, a relevância dessa pesquisa residiu na possibilidade de, através de releituras, realizar novas interpretações e contribuições acerca da análise das táticas políticas presentes em *Hamlet*, levando em consideração os aspectos que caracterizam a personagem rei Claudius, como: dissimulador, cortesão, dominador da retórica, estrategista etc., trazendo fatores literários históricos à sociedade contemporânea para uma aproximação relevante da compreensão do campo político à referência de Maquiavel e Shakespeare. Além dessas contribuições possíveis, tal estudo buscou avaliar tal personagem dentro da ótica maquiavélica, desviando, na medida do possível, da ética baseada nos ensinamentos cristãos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Rei Claudius e sua representatividade na crítica shakespeariana

A personagem rei Claudius é posta em cena, em *Hamlet*, em um período do reino dinamarquês em que o seu antecessor, rei Hamlet, destaca sua função através de uma imagem bélica: um rei que marcou sua posição social por meio de conflitos e apropriações das terras em disputa, caracterizados como práticas diplomáticas rudimentares. A personagem rei

² *Fortuna* é o contrapeso de *virtù*: o príncipe virtuoso não deve deixar escapar a ocasião, assim como aquele que apenas tem a ocasião, mas não é virtuoso, não passa de um oportunista que não conseguirá se manter no poder, portanto, *fortuna* configura-se como o acaso (ARANHA, 1993). Os dois termos foram ressignificados por Maquiavel em contraposição à moral convencional, quer dizer, que tudo deveria ser realizado em nome da ética religiosa cristã. Maquiavel gesta esses conceitos para retirar possíveis rótulos dos líderes, esses não precisam ser bons e justos em nome de tal ética ou princípio, não que eles sejam desprezíveis, mas que o príncipe deve procurar meios que o faça conquistar e manter-se no poder.

Claudius, ao contrário do antecessor, é visto pela crítica shakespeariana³ como uma figura reinante de cunho político. Centralizado nos bastidores da realeza, sua prática política é mais focada nas relações de época renascentista – a derrubada do teocentrismo, predominância da razão sobre os sentimentos e valorização do sentido no prazer. Relações essas pautadas, principalmente, no classicismo, no antropocentrismo, no racionalismo e no hedonismo, características fundamentais para repensar a religião, a economia e a política em pleno Renascimento.

Como meio de demonstração de rei habilidoso e estrategista que é a personagem do rei Claudius, William Witherle Lawrence (1919) destaca uma provável teoria a respeito da astúcia do então rei ao desconfiar da possível razão da “loucura” do príncipe Hamlet. Lawrence (1919, p. 8, tradução nossa) postula sobre o (II.ii) que, “Claudius sabia, antes da cena, que Hamlet foi plenamente informado sobre as circunstâncias do assassinato. Isso aumenta bastante, como veremos a eficácia dramática da cena”.⁴

O rei Claudius ouve também (II.ii. p. 682) o súdito Polônio na busca pela descoberta da suposta enfermidade do príncipe Hamlet e convida Rosencrantz e Guildenstern (II.ii. p. 681-682) para exercerem a função de espiões reais em relação ao príncipe. E toda ação de Claudius nesse sentido é retirar do sobrinho, aparentemente louco para a sociedade dinamarquesa, algo novo sobre sua loucura. O rei Claudius alimentava o delírio de perseguição, pois tinha ciência do ato de fratricídio. Bradley (2009) menciona que as hipóteses adotadas para explicar a loucura do príncipe Hamlet podem ter convencido os demais, porém o rei Claudius insiste em descobrir algo mais⁵.

Os fatos apresentados de forma indesejada ao súdito Polônio pela personagem Claudius, no reino do rei Hamlet, fizeram a personagem Polônio trair seu rei, segundo a perspectiva do romancista John Updike (2000). Segundo o romancista, Claudius seduz as bases internas mais próximas da corte do rei Hamlet – a rainha e o conselheiro-mor – enquanto esse se encontra tão somente preocupado em disputas externas de territórios. Movido pelo sentimento amoroso pela rainha e pela competição com o irmão, Claudius é informado por Polônio sobre a descoberta de tal romance pelo rei e marido Hamlet e, ajudado pelo conselheiro, decide adotar quaisquer métodos para vencer o irmão, inclusive o fratricídio.

³ George Knight (1967) e A. C. Bradley (2009) pautam características que estabelecem a figura da personagem dentro desse aspecto político.

⁴ Claudius knew, before the spoken play, that Hamlet was fully informed of the circumstances of the murder. This increases greatly, as we shall see, the dramatic effectiveness of the scene.

⁵ Consultar a obra, *A Tragédia Shakespeariana*, tradução para a Língua Portuguesa de Alexandre Feitosa Rosas citada nas referências abaixo, para maior aprofundamento.

Tem-se aqui, referência a *Abel e Caim*⁶. Referência essa que pode fundamentar a crítica de Barbara Heliodora (2004), ao dizer que “Cláudio, o rei, é um antagonista impressionante, uma força e uma inteligência que corporificam o mal” (HELIODORA, 2004, p. 138).

Updike expõe um dos motivos que impulsionou Claudius a cometer fratricídio. Relata o romancista pautando um possível diálogo entre Claudius e o Rei Hamlet: “vem, irmão, eis meu peito com apenas uma armadura de veludo. Não poderá me ferir mais do que o fizeste quando enfeitiçou e penetrou minha rainha aparentemente virtuosa”⁷ (UPDIKE, 2000, p. 146, tradução nossa). Logo em seguida, Updike (2000) relata o possível momento em que o rei Hamlet é traído por Polônio, com o intuito de aproximar os laços afetivos de Gertrudes ao maquiavélico Claudius – realizando, também, as intenções deste ao reino –, visando aos interesses subjetivos não realizados durante seu período de mordomo no reinado do rei Hamlet (casar sua filha Ofélia com o príncipe Hamlet).

Essa traição é praticada ao contrário quando Claudius torna-se rei da Dinamarca (característica maquiavélica de governo a ser destacada na personagem do rei Claudius), e Polônio torna-se o segundo homem mais poderoso dentro do castelo de Elsinore, visto as recorrências do rei as suas tarefas de conselheiro real. Nesse momento, Polônio faz um papel de bajulador motivado também pelo interesse próprio.

No decorrer da crítica shakespeariana, destaca-se que polônio foi cúmplice de Claudius no assassinato do rei Hamlet. O nível de traição do súdito ao rei Hamlet é notável, no entanto, ao contrário, iniciava uma forte parceria nas pretensões usurpatórias do rei Claudius. Enquanto Polônio traía o rei Hamlet, na releitura de Updike (2000), criava-se uma aliança e destacava a personagem Claudius como um estrategista maquiavélico que usurparia o trono dinamarquês. A usurpação de Claudius ao trono do irmão surge do cálculo maquiavélico e da aliança emocional, abençoados pela cumplicidade do conselho do reino e movidos também pelo amor à rainha.

No desenvolver da peça, nota-se, depois da peça teatral montada pelo príncipe, a famosa técnica do drama barroco: a peça dentro da peça, os ardis da personagem rei Claudius para eliminar o seu sobrinho, enviando-o à Inglaterra. Sobre o interesse de eliminação do príncipe Hamlet pelo rei Claudius, Harold Bloom (2001), diz que, “[...] para dar cabo de Claudius não são necessários um espantoso intelecto nem uma consciência das mais sensíveis,

⁶ “Invejoso, ele matou seu irmão Abel (Genesis 4,8). Curiosamente é o rei que faz duas referências a Caim. Na primeira, dirigindo-se a Hamlet, ele diz que os pais morrem antes dos filhos desde o primeiro cadáver, que foi justamente Caim. Na segunda, sozinho em cena, ele se refere ao assassinato de um irmão” (AMORA, 2006, p. 158).

⁷ **King Hamlet:** Come, brother, here is my breast, armored in velvet merely. You would not wound me worse than when you bewitched and pierced my most virtuous-seeming queen (UPDIKE, 2000, p. 146).

e o Príncipe Hamlet sabe, melhor do que nós, que não é talhado para a tarefa que lhe foi atribuída” (BLOOM, 2001, p. 485).

Bloom (2001) defende o príncipe Hamlet ao falar de sua importância ao reino dinamarquês. O crítico em questão tece comentários ao rei Claudius a partir da análise do príncipe Hamlet, isso limita a compreensão dos trâmites políticos do rei. Ao observar a citação acima, nota-se certa desmoralização do autor à personagem do príncipe Hamlet, ao tecer elogios sobre a capacidade política do rei Claudius. Ao mencionar o “espantoso intelecto”, Bloom refere-se à capacidade individual que ultrapasse a moral convencional, fato notório no rei Claudius quando, através do ato de fratricídio, decide governar sem tanta interferência da igreja. Mostra-se ainda nessa citação que o então rei dinamarquês é um rei suficientemente astuto para defender suas tramoias no poder e praticá-las.

Além de conseguir aliar-se a Laertes (IV. v. p. 701-702), usando assim o súdito como isca para eliminar o príncipe Hamlet, o então rei Claudius, através de sua expressão de apaziguamento, consegue uma imagem real, como pauta Mazzarino, “[...] com toda a atenção ao redor, naquilo que deve se apresentar de ti em público, porque de uma única ação depende para sempre a tua fama” (MAZZARINO, 1997, p. 33). O rei Claudius não respondeu ao nível de Laertes e é interpretado pela crítica shakespeariana – representada por Bradley (2009), Knight (1967) – como um bom rei, pois se preocupa (de forma dissimuladora, sabido que a prioridade no momento eram seus interesses motivados pela permanência na coroa dinamarquesa) com os súditos.

Nota-se (II.ii. p. 682) a preocupação diplomática do então rei Claudius com as ameaças do príncipe norueguês (fato que coaduna com a ideia supracitada da imagem de bom rei à personagem trabalhada), tal característica é notável nos estudos críticos de Knight, em sua obra *The wheel of fire*. As características de Bradley (2009) e Knight (1967) vão contra as de Heliodora supracitada. Postula Bradley,

Como rei, é cortês e nunca indigno do trono; desempenha seus deveres cerimoniais com eficiência; e cuida com desvelo dos interesses nacionais. Em nenhum momento mostra covardia e, quando Laertes e a multidão invadem o palácio, enfrenta a perigosa situação de forma serena e hábil (BRADLEY, 2009, p. 123).

Diz Knight,

Nós vemos o governo da Dinamarca funcionando regularmente. Cláudio mostra todos os sinais de um excelente diplomata e rei. Ele está preocupado com o jovem

Fortinbras e despacha embaixadores para sanar o problema com o rei norueguês. Que ele impeça a rebeldia do seu sobrinho⁸ (KNIGHT, 1967, p. 33, tradução nossa).

Após a descoberta pessoal do então rei na peça *Hamlet*, postulada acima por Lawrence (1999), vendo a ameaça de Hamlet no castelo de Elsinore, ele previne, convocando os súditos Rosencrantz e Guildenstern para vigiar de perto o sobrinho que simula loucura (BRADLEY, 2009; FRYE, 2011). O rei quer entender a fonte e a natureza da loucura de Hamlet, para se proteger das instabilidades emocionais do príncipe e evitar desequilíbrios e imprevisibilidades na corte, pois afetaria a estabilidade do poder da coroa (OLIVEIRA; PRADO, 2018). Além dessa característica reinante do rei Claudius, desperta no crítico Knight (1967) certa aversão à personagem do príncipe Hamlet e caracteriza o então rei dinamarquês como mero acaso na vida do príncipe. Tomando tal ponto de vista de Knight (1967) abaixo, notemos em Bloom (2001) em um dos seus estudos mais recentes, *Shakespeare: a invenção do humano*, certa proximidade de pensamento com Knight (1967), quando Bloom (2001, p. 534) menciona: “Cláudio é mero acidente, o único inimigo loquaz de Hamlet é o próprio Hamlet”.

A alma de Hamlet está doente. Os sintomas são: horror com o fato da morte e um ódio da vida, um sentido de impureza e o mal nas coisas da natureza; a aversão ao corpo físico do homem; amargura, cinismo, ódio, ele tende à insanidade. Todos estes elementos são insistentes em Hamlet. Ele pode descrever as glórias do céu e da terra, mas para ele essas glórias sumiram. E ele não sabe por que, a doença é mais profunda do que sua perda de Ofélia, mais profunda do que a traição de sua mãe e da morte de seu pai. Esses são, como seu vestido de luto, as "armadilhas e os ternos de aflição". Eles são os símbolos exteriores de que, as "causas" dela, mas a coisa em si é final, além da causalidade⁹(KNIGHT, 1967, p. 23, tradução nossa).

Mazzarino (1997) postula nas entrelinhas a citação abaixo – em tom de metáfora – uma das medidas a ser adotada em circunstâncias de perigo aos interesses de um soberano. Segundo o autor em questão: “[...] será sempre bom que, enquanto sentas à mesa, ou à mesinha para escrever, coloques à tua frente um espelho para ver de relance o quanto se faz pelas tuas costas” (MAZZARINO, 1997, p. 48). Para esclarecer o papel significativo das intenções dissimuladoras do rei, os súditos Rosencrantz e Guildenstern assumem a função de

⁸ We see the government of Denmark working smoothly. Claudius shows every sign of being an excellent diplomatist and king. He is troubled by young Fortinbras, and dispatches ambassadors to the sick King of Norway demanding that he suppress the raids of his nephew (KNIGHT, 1967, p. 33).

⁹ Hamlet's soul is sick. The symptoms are, horror at the fact of death and an equal detestation of life, a sense of uncleanness and evil in the things of nature; a disgust at the physical body of man; bitterness, cynicism, hate. It tends towards insanity. All these elements are insistent in Hamlet. He can describe the glories of heaven and earth but for him those glories are gone. And he knows not why. The disease is deeper than his loss of Ophelia, deeper than his mother's sexual impurity and his father's death. These are, like his mourning dress, the 'trappings and the suits of woe. They are the outward symbols of it, the 'causes' of it: but the thing itself is ultimate, beyond causality (KNIGHT, 1967, p. 23).

espelhos. Tal fato intriga a crítica literária e política shakespeariana, para Knight (1967), como crítico do *corpus* em questão, não seria diferente, “Claudius, cujo crime originalmente o colocou lá, está em um bom estado saudável e uma vigorosa e espiritual vida. Hamlet, e nós também, estamos perplexos (KNIGHT, 1967, p. 41, tradução nossa).”¹⁰.

O público, Polônio e Gertrudes (III.iii. p. 694) tomam conhecimento da decisão do rei Claudius em enviar o príncipe Hamlet à Inglaterra, pois o então rei tem conhecimento do sentimento de apreço do povo pelo sobrinho e decide agir dentro da lei, porém, dissimulando as ações, não levando o príncipe Hamlet ao julgo popular – o que enfraqueceria ainda mais sua estabilidade no reinado, pois a população não tinha tanto apreço para com o então rei Claudius. No decorrer da trama, (III.iii), quando o rei Claudius demonstra sua decisão imediata ao envio do sobrinho à Inglaterra, transparece culpa no fratricídio e roga aos céus, leva-se a compreensão daquilo que Sigmund Freud¹¹ (1974), atribui de delírio persecutório na transição do estado de natureza ao civilizatório. Civilização essa denominada por Thomas Hobbes (1651) e Jean Jacques Rousseau (2014) como o contrato social. Tais autores aqui mencionados serão adotados na próxima seção desse estudo.

O então rei, através da hipótese da loucura do príncipe, vendo a oportunidade para livrar-se da possibilidade de ser revelado e vingado pelo sobrinho, apoia a ideia posta por Gertrudes e também a de Polônio, da verdadeira causa de “loucura” no príncipe: “duvido que não seja o mesmo sempre: a morte de seu pai e este casamento repentino”¹² (SHAKESPEARE, 2015, p. 681, tradução nossa). Polônio apresenta outra versão da possível loucura do príncipe (II.ii. p. 682), lê a carta escrita pelo príncipe a Ofélia e pressupõe que essa seja a possível causa da loucura do príncipe, o amor não correspondido, lê-se:

Duvide que a estrelas são fogo/ Duvide que o sol se move/ Duvida da verdade ser um mentiroso/ Mas nunca duvides do meu amor/ Amada Ofélia, eu não sou poeta e não tenho arte para traduzir minha dor/ Mas que te amo mais que tudo, oh muito

¹⁰ Claudius, whose crime originally placed him there, is in a state of healthy and robust spiritual life. Hamlet, and we too, are perplexed.

¹¹ Mas quão ingrato, quão insensato, no fim das contas, é esforçar-se pela abolição da civilização! O que então restaria seria um estado de natureza, muito mais difícil de suportar. É verdade que a natureza não exigiria de nós quaisquer restrições dos instintos, deixa-nos-ia proceder como bem quiséssemos; contudo, ela possui seu próprio método, particularmente eficiente, de nos coibir. Ela nos destrói, fria, cruel e incansavelmente, segundo nos parece, e, possivelmente, através das próprias coisas que ocasionaram nossa satisfação. Foi precisamente por causa dos perigos com que a natureza nos ameaça que nos reunimos e criamos a civilização, a qual também, entre outras coisas, se destina a tornar possível nossa vida comunal, pois a principal missão da civilização, sua *raison d'être* real, é nos defender contra a natureza (FREUD, 1974, p. 27).

¹² **Queen Gertrude:** I doubt it is no other but the main; His father's death, and our o'erhasty marriage.

mais, acredite sempre nisso? Serei teu para sempre, enquanto lhe pertencer essa máquina, Hamlet¹³ (SHAKESPEARE, 2015, p. 682, tradução nossa).

No decorrer da encenação da peça no reino, o rei Claudius já sabia, como citado anteriormente por Lawrence (1999), do conhecimento do príncipe do seu ato de assassinato e passa a temer por sua imagem enquanto rei, se Hamlet vier a revelar o que poderia acabar com sua vida política. Reiterando a suposta ideia de loucura do príncipe, além da feitoria citada acima, quando decide enviar Hamlet à Inglaterra, o rei Claudius usufrui do ódio alheio e coloca as demais personagens para defender seu interesse, apresentando o príncipe como um inimigo louco.

A personagem rei Claudius, apresenta características bastante astuciosas. O então rei possuía, também, a eloquência, grande poder persuasivo em seus argumentos e, conseqüentemente, conseguia maiores níveis de dissimulação. O rei faz uma menção dissimulada ao ocupar a linha sucessória do reino (I.ii.) de forma astuciosa para o príncipe Hamlet, legítimo na sucessão real dinamarquesa, enuncia o rei Claudius a Hamlet: “[...] pois saiba o mundo que és o herdeiro mais próximo do nosso trono”¹⁴ (SHAKESPEARE, 2015, p. 673, tradução nossa).

No decorrer da peça, vê-se que o rei Claudius ainda estava adaptando-se com a coroa dinamarquesa, sobretudo precisava unir e conhecer seu povo. Para o príncipe Hamlet, era uma comemoração ao incesto¹⁵, o ato em que o rei Claudius reúne-se com os súditos para participarem de banquetes.

Bloom destaca a ferocidade daquela época, “[...] mais vida em um tempo sem limites (BLOOM, 2001, p. 506)”, às ações do rei Claudius durante seu reinado não ultrapassavam seus atos à função de rei. Como rei, devia agir de forma cortesã, cautelosa, planejada e, às vezes, maldosa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 A ordenação do poder pela personagem rei Claudius

Ao retornarmos ao significante da citação supracitada de Lawrence (1999), inicia-se a compreensão do método dissimulador na personagem rei Claudius e adotando a metáfora

¹³ **Lord Polonio:** 'Doubt thou the stars are fire/ Doubt that the sun doth move/ Doubt truth to be a liar/ But never doubt I love/ O dear Ophelia, I am ill at these numbers/ I have not art to reckon my groans: but that I love thee best/ O most best, believe it/ Adieu/ Thine evermore most dear lady, whilst this machine is to him, HAMLET.

¹⁴ **King Claudius:** [...] for let the world take note/ You are the most immediate to our throne.

¹⁵ Therefore our sometime sister, now our queen/ Th'imperial jointress of this warlike state/ Have we, as 'twere with a defeated joy (SHAKESPEARE, 2015, p. 672).

utilizada por Nicolau Maquiavel (agir como Leão e Raposa¹⁶), o príncipe obriga-se a combater os infortúnios do seu reinado, derivados da falta de controle da *fortuna*, com as leis e com a força. Ao conhecer as leis que regem seu reinado, o príncipe deve, portanto, trabalhar a força. Assim, conhecer estratégias para desviar-se das armadilhas e enfrentar seu opositor, sempre na busca pela manutenção do poder, pois “[...] aquele que engana encontrará sempre quem se deixar enganar” (MAQUIAVEL, 2015, p. 78).

No início da peça, observa-se uma adição de guardas na vigilância do castelo em Elsinore (I.i. p. 670-671). A atribuição na diplomacia internacional, quando despacha (I.ii. p. 672) Cornnelius e Voltimand à Noruega e logo após (II.ii. p. 682), toma-se nota no êxito desses embaixadores. Demonstra cortesia a Laertes liberando-o de volta à França (I.ii. p. 672). Destaca sua preocupação com a situação espiritual do príncipe Hamlet (I.ii. p. 673). As convocações de Rosencrantz e Guildenstern para posição de espiões reais (II.ii. p. 681). Tais medidas seriam a busca pela arte de governar – nas palavras de Thomas Hobbes (1651), Jean Jacques Rousseau (2014) e Foucault (2006) –, um contrato social.

Há certo distanciamento entre Hobbes (1651) e Rousseau (2014) enquanto a definição de “estado de natureza”, mas aqui não aprofundaremos em tais idiossincrasias. Buscou-se, ao adotar tais referências, realizar a definição do contrato social, considerando os dois autores de épocas distantes e de estado de natureza apenas em Hobbes (1651). O contrato social se fundamenta na transferência mútua de direitos, mesmo que tal benefício tenha de ser recebido futuramente, agregando, dessa forma, o cumprimento das partes em momento posterior determinado nesse pacto ou convenção (HOBBS, 1651).

Dada a adoção desse contrato, ninguém perde ou ganha mais do que estabelecido por tal. Direitos e obrigações são determinados pelo soberano, quer dizer, pela monarquia aqui focada. No contrato social, não há partes isoladamente, pois o dever e o interesse obrigam igualmente as duas partes – soberano e súdito – a se auxiliarem de forma recíproca, e os próprios homens devem procurar reunir sob ele essa dupla relação todas as vantagens que disso dependem (ROUSSEAU, 2014). Segundo Rousseau (2014),

Enfim, cada um, dando-se a todos, não se dá a ninguém, e como não existe um associado sobre quem não se adquira o mesmo direito que lhe foi cedido, ganha-se o equivalente de tudo o que se perde e maior força para conservar o que se tem (ROUSSEAU, 2014, p. 31).

¹⁶ Necessitando, portanto, um príncipe saber usar bem o animal, desse deve tomar como modelos a raposa e o leão, porque o leão não sabe se defender das armadilhas e a raposa não tem defesa contra os lobos. É preciso, portanto, ser a raposa para conhecer as armadilhas e leão para aterrorizar os lobos (MAQUIAVEL, 2006, p. 78).

Sobre essas máximas contratuais, destaca-se a explicação minuciosa das asserções postuladas – Hobbes e Rousseau – quando Foucault (2006) dedica em sua obra *Estratégia, Poder-Saber*, um capítulo para análise da obra *O Príncipe*, de Maquiavel: *A governamentalidade*. Foucault (2006) diz que o objetivo do poder, representado nesse caso pela imagem do soberano, será de manter, reforçar e proteger esse principado. Podem-se observar esses aspectos de poder quando o rei Claudius ouve o súdito Polônio na busca pela descoberta da suposta enfermidade do príncipe Hamlet e convida Rosencrantz e Guildenstern para exercerem a função de espiões reais em relação ao príncipe. Esses momentos, nas intenções do então rei, seriam a busca pela arte de governar – nas palavras de Foucault (2006) – conforme os mecanismos de contrato. Diz Foucault,

[...] o objetivo do exercício do poder será, bem entendido, o de manter, reforçar e proteger esse principado, entendido não como o conjunto constituído pelos súditos e território, o principado objetivo, mas como a relação do Príncipe com o que ele possui, ou seja, esse território que ele herdou ou adquiriu, os súditos que lhe estão submetidos. Esse principado como relação do Príncipe com seu território, é isso o que se trata de proteger, e não direta ou fundamentalmente o território e seus habitantes (FOUCAULT, 2006, p. 285).

A teoria maquiavélica não se dá ao crédito de obtenção do poder, haja vista que, pode-se conquistar esse poder de inúmeras formas e vias, adotando algumas que a teoria maquiavélica despreza. Maquiavel (2015) se preocupa em auxiliar o soberano à manutenção do poder e que para tal, medidas várias podem e devem ser admitidas, no sentido de não ser odiado e nem desprezado pelos súditos. Mesmo se for reprovado, será por tão pouca parte da sociedade que, com alguns cuidados e atenções, nem fará muita diferença, desde que não cometam atrocidades contra o contrato social vigente, quer dizer, cumprir as leis. No caminho árduo pela manutenção do poder, os príncipes são notados por algumas dessas qualidades que lhes trazem ou reprovação ou louvor, segundo Maquiavel (2006):

[...] um é notado como doador, o outro rapinante; um cruel, o outro piedoso; um infiel, o outro fiel; um efeminado e frouxo, o outro másculo e corajoso; um humano, outro soberano; um lascivo, o outro casto; um íntegro, o outro astuto; um duro, o outro amável; um sério, o outro astuto; um duro, o outro amável; um sério, o outro leviano; um religioso, ou outro incrédulo, e similares qualidades (MAQUIAVEL, 2015, p. 69).

Fator não menos importante se dá na escolha dos ministros e demais súditos. Para Maquiavel (2006), o príncipe deve observar como aqueles cidadãos portam-se diante dos assuntos reais, inclusive diante do seu rei, pois uma escolha feita de forma arbitrária pode determinar o futuro do reino.

As relações entre soberano e súdito – como já destacado por Foucault (2006) – findam um governo fiel e engajado na busca pela manutenção da paz e produção, nada que desagrade e coloque o soberano em desequilíbrio, levando consigo a estabilidade do reino. Como característica maquiavélica, a realização de banquetes pelo rei Claudius (I.ii. p. 673) é o suprassumo desse engajamento social, haja vista que, nesses momentos oportunos, o soberano observa as fragilidades de seu reinado através dos comportamentos de seus súditos (MAQUIAVEL, 2006). Nesse sentido, a crítica de Maquiavel ultrapassa o *narcisismo*¹⁷ do príncipe Hamlet (I.ii. p. 674) quando menciona que a carne assada servida, comemora o incesto e a ascensão de um inimigo ao trono.

Para o então rei, segundo concepções de Mazzarino (1997), era apenas estratégias para ganhar o apreço de todos e assim se armar.

Procura ter perto de ti, simulando amizade, aquele que em tua ausência queixas, e contra ti amotinaria sediciosos e agitaria outras pessoas tórbidas. Mantém-no sempre ao teu lado nos prazeres, nas caças, à mesa, nos pensamentos e no teu próprio banquete (MAZZARINO, 1997, p. 48).

Tais pontos colocados por Mazzarino (1997) tomam mais pulso se postos também ao lado dos argumentos de Casa (1999), quando diz: “[...] convém fazer do desejo do outro o próprio prazer, quando não se siga dano ou vergonha, e, nisto, sempre agir e falar antes pelo critério alheio do que pelo próprio” (CASA, 1999, p. 22). Ao envolvimento do rei Claudius no fratricídio, Mazzarino (1997) e Casa (1999) apresentam estratégias para que, em ocasiões tais como em *Hamlet*, a melhor oportunidade é realizar o que a personagem rei Claudius realizou: dissimular. Nas palavras de Mazzarino (1997): “[...] se te envolveres em alguma ação detestada por todos, não te exponhas em público à agitação dos desprezos, nem te comportes como se estivesse perto de aprovar o fato” (MAZZARINO, 1997, p. 50).

A partir da concepção de estado de natureza em Hobbes (1651), o fratricídio cometido pelo rei Claudius, claramente informado (I.v. p. 677-678) pelo fantasma e adotado como máxima a noção de política em Maquiavel (2006): a política inteiramente inerente ao homem, não ultrapassou o cumprimento à lei, quer dizer, uma época em que todos lutavam contra todos. Todos tendo o direito à vida, ninguém é dono de nada, portanto algo é considerado “meu” até o momento que outro venha me tomar (HOBBS, 1651).

Tomando nota do significado do estado de natureza em Hobbes (1651) e do contrato social, tanto neste como em Rousseau (2014), não escapa à conclusão de que a personagem

¹⁷ Referência ao mito grego de *Narciso*.

rei Claudius exerceu o papel de transição paradigmática no reino dinamarquês, ou seja, do estado de natureza (representado pela figura beligerante do rei Hamlet) ao fundamento do contrato social (representado pela figura cortesã do rei Claudius).

A relação de cortesia do rei com seus súditos e a proteção com seus territórios configuram uma forte imagem de rei na diplomacia tanto na condição política dentro de seu país quanto no campo internacional, principalmente quando toma conhecimento do êxito dinamarquês na Noruega (II.ii. p. 682). Essa relação objetiva entre rei e súditos e a boa imagem exterior, criam possíveis interpretações de invencibilidade, como um rei armado e com grandes concentrações de capital, a satisfação dos súditos com o reino em questão, e a solidificação dessa imagem tentará a apresentar o soberano de modo onipotente – e isso gera sempre uma ordem assimétrica nas relações contratuais estabelecidas pelo rei. Nessa perspectiva, Claudius vale-se dos mecanismos de contrato para fingir aos seus súditos que eles participam do poder; entretanto, a atuação de Claudius disfarça o estreitamento das relações de obediência desses súditos centrados na imagem do rei sempre presente, interrogador e com ampla capacidade de conhecimento e de articulação de bastidores políticos. Tal atuação é útil para Claudius no sentido de preservar e fortalecer as relações de poder no reino e a posse de território que o seu título real permite.

3.2 *Scene individable, or poem unlimited*¹⁸

Considerando a verossimilhança – entendida no sentido aristotélico¹⁹ – da personagem rei Claudius com os trâmites políticos da transição: estado de natureza (representado pela figura do rei beligerante na personagem rei Hamlet) e o surgimento do contrato social (fundamentado na personagem do rei Claudius) –, é possível argumentar, segundo proposições de Beth Brait (2004), que a personagem do rei Claudius foi o agente da ação em *Hamlet*. Uma personagem que dá o primeiro impulso à ação trágica na peça shakespeariana, motivado por uma força de atração, fim visado, objeto de carência e ao mesmo tempo uma personagem que adota posição de intervir em conflitos a fim de resolvê-lo (BRAIT, 2004).

¹⁸ Reler e reinterpretar a peça *Hamlet* de forma isolada pode ser considerado um paralogismo, tendo em vista a relevância do cânone em questão. Harold Bloom em sua obra, *Shakespeare: a invenção do humano* desenvolve sua análise crítica sobre tal peça e destaca as relações envolvendo *Hamlet*, desde Saxo Grammaticus (*Historia Danica*), François de Belleforest (*Histoires tragiques*), Thomas Kyd (*The Spanish Tragedy*) até William Shakespeare. O alcance de relevância através da peça em questão envolve aspectos da literatura universal que perpassam desde Dante Alighieri (*A Divina Comédia*), John Milton (*Paraíso Perdido*), Thomas Hobbes (*Leviathan*), chegando a autores contemporâneos como o próprio Bloom e Barbara Heliodora (*Reflexões Shakespearianas*).

¹⁹ ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução por Paulo Pinheiro. São Paulo: Editora 34, 2015.

A figura do então rei em *Hamlet* é compreendida como uma personagem habilidosa, calculista e dissimulador para buscar manter seu poder. Ao considerar a citação de Bloom (2001) supracitada, notar-se-á que o príncipe Hamlet não era inimigo do então rei, demonstrando que as ações do rei foram as responsáveis pelo seu fim na peça.

Ao levar-se em consideração tal contribuição, observa-se na personagem rei Claudius, certa insistência em trabalhar as crises existentes, evitando, dessa forma, o surgimento de outras crises. Essa análise é possível ao observar seus trâmites dissimuladores ao envio do príncipe à Inglaterra, a cobrança de tributos realizada como garantia de potência ao seu reino e a imposição de uma multa gigantesca sobre a Noruega, devido, nesse sentido, à rebeldia do príncipe Fortinbrás em tentar cortar caminho à Polônia pela Dinamarca.

As ações realizadas pelo rei Claudius em seu reinado – para além do cumprimento da lei e o uso da força, como incentiva Maquiavel (2006) – possuem medidas que podem ser adotadas como uma arte de governar. O rei distribui funções aos súditos e esses, considerando a oferta do rei, devem lealdade e favores a seu soberano. Desse modo, o soberano desenvolve relações de confiabilidade, mantém a estabilidade, lealdade e respeito como estratégias de ordenação do poder em seu reinado.

Segundo teoria maquiavélica, nem todas as ações consideradas e julgadas pelo príncipe como de bom caráter, podem levar ao sucesso. Quando assim suceder, o príncipe deve, com muito cuidado e atenção, trabalhar sobre esses insatisfeitos e suas ações nesse sentido devem, também, ser respeitadas e minuciosamente calculadas, haja vista que, pode o príncipe ser odiado e desprezado. Conclui-se que tais contribuições do pensamento de Maquiavel (2006), (IV. v. p. 701-702) quando o rei Claudius, vendo a rebeldia e tamanho apoio popular a Laertes, decide usar sua habilidade de oratória para apaziguar o súdito e, assim procedendo, fazer com que vejam aqueles que apoiam Laertes, a versatilidade do rei contra qualquer desestabilidade.

Assim sendo, ratifica aqui a relevância posta por Maquiavel (2006), na capacidade política que deve possuir o rei na observância daqueles que desejam promovê-los à posição de súditos. Ao recorrer à crítica shakespeariana, como já mencionada, deparar-se-á com o romancista estadunidense John Updike (2001), autor do livro *Gertrudes and Claudius*. O principal aspecto que aqui nesse parágrafo interessa é a relação entre Claudius e Polônio no romance de Updike e que, no seu reinado (na peça *Hamlet*), o rei Claudius confere-lhe a função de conselheiro real e, como adição, lê-se, tanto na releitura de Updike quanto na peça shakespeariana, o personagem Polônio como a segunda *persona* mais poderosa na peça shakespeariana. Nesse sentido, inicia o rei dinamarquês – rei Claudius – a observar o

comportamento e ações do súdito, seguindo, como posto, as atribuições maquiavélicas à manutenção do poder. O rei deve observar seus súditos de forma que veja seus comportamentos a refletir sobre a estabilidade do reino e de seu rei, pois se o contrário ocorrer deverá o rei concluir que esses súditos jamais serão bons representantes do poder real (MAQUIAVEL, 2006).

Exceto esses momentos os quais o rei Claudius obteve como oportunidades para findar sua relação com tais súditos – Laertes como líder de um motim e Polônio, considerando a releitura updikiana, nos bastidores do golpe ao irmão –, são em momentos como banquetes e atividades culturais que o rei adota-os como possibilidade de manutenção do equilíbrio da coroa, pois reúne todos os súditos em uma única mesa. Em teoria maquiavélica, estando os súditos contentes com o soberano, o reino se arma pela manutenção dessa estabilidade.

Seguindo os conselhos de Mazzarino (1997) supracitados às estratégias adotadas pelo rei para manutenção do poder, em tom metafórico, devem perpassar desde banquetes a medidas que o mantenha sempre informado das nuances e glórias entre seu povo. A citação de Casa (1999) mencionada, também atestam outras viabilidades possíveis para manutenção da observância aqui descrita como contrato social.

A insistência, talvez de forma agressiva, postulou a personagem do rei Claudius como um cancro (HELIODORA, 2004). A presença dos fundamentos que configurariam o contrato social defendido por Hobbes no século XVI e Rousseau em meados do século XVII, e notável em algumas ações da personagem rei Claudius, não seria a cura para a corrupção instaurada na Dinamarca, mas um início da problematização política representada na peça *Hamlet*.

Ao promover banquetes, produções culturais (como o teatro, a música); ao tentar retirar o príncipe Hamlet do reino, aparentemente amado pelo povo e sobre o pretexto de cobrança de tributos (tarefa aparentemente presente naquela monarquia como atividade legal), enviando-o em uma emboscada, são ações que configuram como cumprimento ao dever. Ao tomar ciência da chegada de Laertes da França, sabendo que trama contra a coroa e pela observação da proximidade entre Laertes e o povo, o então rei Claudius utiliza seu poder de dissimulação e traz o súdito para seus ardis. Aqui são apresentadas essas características que instauram o narcisismo do rei Claudius nas decisões da corte dinamarquesa, na busca pela eliminação do sobrinho que o desonrou duas vezes: a trama da peça dentro da peça e a quebra do sigilo real, quando abre a carta enviada por Claudius ao rei inglês.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório que, para além de seu posicionamento recente na coroa dinamarquesa, a personagem rei Claudius mostra-se um rei experiente e atento às nuances oriundas de sua posição. É também válido, tendo como base a crítica shakespeariana nesse trabalho adotada, que o então rei Claudius deixou de transparecer a imagem de rei digno ao trono, haja vista seu ato de fratricídio. Julgá-lo na perspectiva dos seus efeitos na tragédia, levando em conta apenas o lado sombrio daquele estado de natureza, será adotar paralogismos em relação à interpretação da efetividade trágica realizada pela personagem em questão, na peça *Hamlet*. Por mais que nos esforcemos para trazer determinadas conclusões sobre essa peça canônica, por mais que pesquisas sejam realizadas, prevalecerá à intelectualidade como forma de espectro cético. O estudo dos acontecimentos e das relações históricas através dessa personagem impulsionará a crítica literária a buscar considerar todas as relações provenientes da peça em questão: política/social, filosófica, psicológica e demais que devem ser consideradas sobre essa leitura canônica, para aproximar da compreensão dos aspectos que solidificam no estudo teórico/crítico.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. L. A. **Maquiavel**: a lógica da força. São Paulo: Moderna, 1993.

BLOOM, H. **Shakespeare**: a invenção do humano. Tradução por José Roberto O'Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

_____. **Hamlet**: poema ilimitado. Tradução por José Roberto O'Shea. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

BRADLEY, A. C. **A Tragédia Shakespeariana**. Tradução por Alexandre Feitosa Rosas. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BRAIT, B. **A personagem**. São Paulo: Editora Ática, 2004.

FOUCAULT, M. **Estratégia, Poder-Saber**. Tradução por Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FREUD, S. Edições Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud v.XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

FRYE, N. **Sobre Shakespeare**. Tradução por Simone Lopes de Mello. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

HELIODORA, B. **Reflexões Shakespearianas**. Rio de Janeiro: Lacerda Ed, 2004.

HOBBS, T. **Leviathan**. Connecticut: Andrew Crooke, 1651.

HOUSSEAU, J. J. **Do Contrato Social**. São Paulo: Hunterbooks, 2014.

KNIGHT, G. W. **The Wheel of Fire**. Cleveland: Meridian Books, 1967.

LAWRENCE, W. W. **The Play Scene in "Hamlet"**. Champaign: University of Illinois Press, 1999.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. Tradução por Hingo Weber. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

MAZZARINO, C. G. **Breviários dos Políticos**. Tradução por Ana Thereza Basilio Vieira. Rio de Janeiro: Lacerda Ed, 1997.

OLIVEIRA, A; PRADO, T. M. C. A dissimulação na personagem rei Claudius como estratégia de ordenação de poder em *Hamlet*, de William Shakespeare. **Cadernos do CNLF**. Vol. XXII, n. 03, Textos Completos, Tomo II. Rio de Janeiro: CiFEFiL.

SHAKESPEARE, W. H. In: SHAKESPEARE, William. **The complete works of William Shakespeare**. New York: Barnes & Noble, 2015.

UPDIKE, J. **Gertrude and Claudius**. New York: Ballantine Books, 2001.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

MENDES, A. O; OLIVEIRA, C. C; FELIZ, J. C. Maquiavel em Shakespeare: Releituras da Personagem Rei Claudius, em Hamlet. **Rev. FSA**, Teresina, v.16, n. 4, art. 10, p. 191-208, jul./ago. 2019.

Contribuição dos Autores	A. O. Mendes	C. C. Oliveira	J. C. Feliz
1) concepção e planejamento.	X	X	
2) análise e interpretação dos dados.	X	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X	X